

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL: AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NO PERÍODO 2022-2024

DEVANILDO BRAZ DA SILVA¹
ANDRÉ LUIS KIYOSHI SHIMABUKURO²
CHRISTIANE MARQUES PITALUGA³
JOÃO BATISTA SARMENTO DOS SANTOS NETO⁴
JOSÉ MARCATO JUNIOR⁵
LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO⁶
LUDMAR DE BARROS⁷
SANDRO FABIAN FRANCÍLIO DORNELLES⁸
TCHOYA GARDENAL FINA DO NASCIMENTO⁹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
Campo Grande, Mato Grosso do Sul

^{3 e 6} Escola de Administração e Negócios – ESAN; ^{1, 2, 7, 8 e 9} Faculdade de Direito – FADIR; ^{4 e 5} Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Geografia – FAENG

¹ devanildo.silva@ufms.br, ² andre.shimabukuro@ufms.br, ³ christiane.pitaluga@ufms.br, ⁴ joao.sarmento@ufms.br,

⁵ jose.marcato@ufms.br, ⁶ leonardo.neto@ufms.br, ⁷ ludmar.barros@ufms.br, ⁸ sandro.dornelles@ufms.br e ⁹ tchoya.fina@ufms.br

RESUMO – O presente artigo objetiva demonstrar os avanços da regularização fundiária em Mato Grosso do Sul, no período de 2022 a 2024, por meio de parceria firmada entre o Governo Federal (INCRA) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) por intermédio do Projeto "Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul", que, além da titulação de terra, trouxe o desenvolvimento de metodologias inovadoras para a regularização fundiária, pautadas em iniciativas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, realizadas por professores, técnicos administrativos e estudantes da UFMS. A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, utilizando-se dados primários e secundários provenientes da pesquisa de campo. Tem-se como resultado a titulação de 13.150 lotes, realização de 6.500 vistorias *in loco*, georreferenciamento de 3.843 lotes e análise de 3.850 processos administrativos. Sob a perspectiva de contribuição acadêmica e inovação, foram apresentados 89 trabalhos acadêmicos em eventos científicos, além do desenvolvimento de novas tecnologias e ações extensionistas. Os resultados demonstram avanço na concretização da regularização fundiária em terras da União no Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT – The present article aims to demonstrate the advances in land regularization in Mato Grosso do Sul during the period from 2022 to 2024, through a partnership established between the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), via the project entitled "Development of innovative processes for occupational supervision with the goal of promoting necessary actions for the issuance of land titles in federal settlement projects under the National Program for Agrarian Reform and Land Regularization in the State of Mato Grosso do Sul.". In addition to land registration, this initiative fostered the development of innovative methodologies for land regularization, particularly through activities related to teaching, research, and outreach, carried out by UFMS professors, administrative staff, and students. The research employs a qualitative-quantitative approach, utilizing both primary and secondary data collected through fieldwork. The results include the titling of 13,150 lots, the completion of 6,500 on-site inspections, the georeferencing of 3,843 lots, and the analysis of 3,850 pending administrative processes. From the perspective of academic and innovative contributions, 89 academic works were presented at congresses and events, alongside research for the development of new technologies and extension actions, such as legal and healthcare services provided to settlers, among other initiatives. The results demonstrate progress in the realization of land regularization on federal lands in Mato Grosso do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil tem como objetivo central a redistribuição de terras improdutivas, promovendo justiça social, redução das desigualdades no campo e garantia de acesso à terra para trabalhadores rurais sem condições de produzir de forma autônoma (INCRA, 2020). Essa política pública, conduzida principalmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vai além da entrega da posse da terra, envolvendo também ações estruturantes como regularização fundiária, infraestrutura básica, crédito rural, assistência técnica, capacitação e apoio à comercialização da produção agrícola (Fernandes, 2009). Os assentamentos rurais são o território de vida dos camponeses e se tornam uma comunidade (Zanetoni *et al.*, 2021).

O presente artigo tem como escopo, apresentar os avanços da regularização fundiária no estado de Mato Grosso do Sul, durante o período de 2022 até 2024, por meio de convênio formalizado entre o Governo Federal por intermédio do INCRA e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para execução do projeto intitulado "Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul", que, além da titulação de terra, trouxe o desenvolvimento de metodologias inovadoras para a regularização fundiária, pautadas em iniciativas relacionadas ao ensino, pesquisa e ações extensionistas realizadas pelo grupo de professores, técnicos e estudantes da Universidade Federal.

Os resultados apresentados demonstram significativo avanço na regularização de terras em Mato Grosso do Sul e a importância da celebração da parceria entre o Governo Federal e a Universidade Federal, fonte inesgotável de conhecimento e iniciativas para o desenvolvimento de atividades multidisciplinares, concretizados no expressivo número de títulos emitidos, georreferenciamentos realizados, análises e conclusão de processos administrativos pendentes, pesquisas para desenvolvimento de tecnologias, pesquisa sobre o impacto das titulações na vida dos assentados, confecção de guia com a história de criação e os aspectos socioeconômicos de cada assentamento visitado, bem como ações de extensão para atendimentos na área jurídica e de saúde.

2 METODOLOGIA

O desenvolvimento do Projeto se deu por pesquisa quali-quantitativa, em fontes diretas e indiretas, tendo como objeto de análise quarenta assentamentos rurais em terras da União, localizados em Mato Grosso do Sul com objetivo de promover a regularização fundiária e conhecer a realidade socioeconômica e produtiva dos Assentamentos.

As atividades de visita *in loco* para coleta de dados, aplicação de entrevistas e análise documental começaram em 2022 e se estenderam até 2024, nas quais foram entrevistados 6.500 assentados, utilizando-se como instrumento de pesquisa o aplicativo Titula Brasil, elaborado pelo Governo Federal, em consonância com o Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional – SNSO e a Plataforma de Governança Territorial.

A conferência de dados obtidos por meio do questionário e visitas *in loco*, com posterior análise documental e cadastral, possibilitou a entrega de 13.150 títulos, a conclusão de 3.850 processos administrativos em tramitação no INCRA e o georreferenciamento de 3.834 lotes, além de inspirar inúmeras ações de extensão, pesquisas e trabalhos científicos.

A amostragem foi não-probabilística por conveniência, considerando apenas os lotes com presença efetiva de moradores disponíveis para responder ao questionário. Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e tratados por meio de estatística descritiva, com uso de frequências absolutas e relativas, gráficos e tabelas.

A escolha por uma abordagem quali-quantitativa, justifica-se, para da aplicação de entrevistas e análise de conteúdo, pela possibilidade de captar, com maior precisão, os indicadores socioeconômicos e produtivos de cada assentamento, permitindo a realização de análises comparativas e a geração de evidências empíricas que possam subsidiar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e à consolidação da reforma agrária (BRASIL, 2020).

Tabela 1 – Resultado das entrevistas nos assentamentos

Atividade	Quantidade / Resultado
Entrevistas realizadas	6.500 assentados
Títulos entregues	13.150 títulos
Processos administrativos concluídos no INCRA	3.850 processos
Lotes georreferenciados	3.834 lotes

Fonte: Autoria própria (2025).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Incra tem como objetivo fazer a governança das terras do Brasil por meio do ordenamento da estrutura fundiária e da reforma agrária, além de promover o desenvolvimento dos assentamentos (Decreto nº 1.110/1970). Foi nesse período, da criação do INCRA, que iniciou efetivamente a criação e implantação dos assentamentos da reforma agrária. O conjunto da Reforma Agrária no Brasil totaliza 9.431 projetos de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra em 2.100 municípios, com 969 mil famílias assentadas em 87,7 milhões de hectares, distribuídos nas cinco regiões do País.

A região Centro-Oeste contribui com 13,79% dos projetos de assentamentos do país, 14,31% das famílias assentadas e 9,6% da área destinada à reforma agrária no Brasil, conforme consta na tabela 1.

Tabela 2 – Reforma agrária no Brasil, por região, famílias assentadas, assentamentos criados e reconhecidos e área reformada com respectivos percentuais

Região	Projetos de Assentamento		Famílias Assentadas		Área (%)	
	Projetos	(%)	Famílias	(%)	ha	(%)
Centro-oeste	1.301	13,79	138.692	14,31	8.419.399	9,6
Nordeste	4.354	46,17	324.972	33,53	10.927.678	12,46
Norte	2.170	23,01	427.319	44,11	66.179.984	75,47
Sudeste	770	8,16	42.160	4,35	1.341.842	1,53
Sul	837	8,87	36.054	3,72	833.170	0,95
Brasil	9.431	100	969.197	100	87.702.072	100

Fonte: INCRA, 2025.

O INCRA, no estado do Mato Grosso do Sul, é responsável pela gestão de 27.764 famílias assentadas em 204 projetos de assentamentos, ocupando uma área de 716.212 hectares. Nesse contexto, o INCRA e a UFMS firmaram convênio com a finalidade de contribuir com a regularização fundiária dos assentamentos localizados em terras da União situadas no estado de Mato Grosso do Sul.

A regularização fundiária rural consiste no conjunto de medidas jurídicas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e a tramitação da titulação de seus ocupantes, de modo a garantir a função social da propriedade rural, o direito à moradia e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, Rangel (2020).

O trabalho de supervisão ocupacional – que visa verificar a permanência da residência e da exploração agrícola pelo núcleo familiar na parcela destinada – é realizado por meio do Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) e tem papel fundamental na manutenção dos objetivos precípuos da reforma agrária, assegurando assim a regularidade fundiária e viabilizando a titulação definitiva das terras. Além disso, o georreferenciamento das glebas e lotes é fundamental para garantir a segurança jurídica, evitando duplicidade e sobreposição das matrículas, combatendo assim, a grilagem e promovendo a regularização com respaldo legal.

Destaca-se que a titulação, formalizada por meio dos Contratos de Concessão de Uso (CCU) e Títulos de Domínio (TD), conforme a Constituição Federal de 1988 e a legislação vigente, é o instrumento definitivo que assegura aos assentados a posse legal das terras e o acesso a benefícios governamentais, ampliando sua inserção social e produtiva, ao mesmo tempo em que a União preserva os princípios de reforma agrária, evitando que os lotes sejam comercializados e objeto de especulação imobiliária.

Uma das formas de garantir direitos de propriedade seguros é a titulação da propriedade. Nesse contexto, De Soto (2000) defende que, para promover o crescimento econômico, é essencial um sistema integrado de títulos legais padronizados. Após a efetivação do título de propriedade, o indivíduo não apenas obtém a territorialização, mas também o reconhecimento jurídico, o que introduz uma racionalidade jurídica em seu modo de vida. Essa formalização, conforme afirmam Binswanger, Hans, Deininger e Feder (1995), é considerada uma das intervenções governamentais mais eficazes.

De acordo com Galiani e Schargrotsky (2010), embora a titulação da propriedade não facilite necessariamente o acesso ao crédito, ela pode ser uma ferramenta significativa na luta contra a pobreza, pois induz, ainda que de forma gradual, um aumento no investimento em capital físico e humano, o que, por sua vez, beneficia as gerações futuras.

Além disso, a emissão de títulos de propriedade pode contribuir para a redução da pobreza, uma vez que a segurança da posse encoraja os proprietários a investirem em melhorias habitacionais e em atividades produtivas, resultando em um aumento da qualidade de vida e do bem-estar econômico. Em outras palavras, essas ações promovem

o desenvolvimento sustentável e inclusivo, criando um ambiente propício para o crescimento econômico e a prosperidade social (Yap, 2016; Liu & Xu, 2018; Celhay & Gil, 2020).

3.1 Concessão de títulos de terra em Mato Grosso do Sul

Sobre a concessão de títulos de reforma agrária, tem-se dois cenários: 1) Entrega de Contratos de Concessão de Uso (CCU), que permitem a transferência do imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar; e 2) Entrega de Títulos de Domínio, instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo.

Durante o período fevereiro de 2022 até dezembro de 2024 foram entregues 11.339 CCUs, e 2.110 títulos definitivos, contemplando assentamentos localizados nos municípios de Angélica, Glória de Dourados, Bandeirantes, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Terenos, Rio Brilhante, Ponta Porã, Campo Grande, Itaquiraí, Jaraguari e Iguatemi, em Mato Grosso do Sul, processo iniciado por meio de vistorias in loco aos lotes e entrevistas individualizadas com os assentados, coleta de documentos e imagens da propriedade. Ressalte-se, como experiência positiva do Projeto o assentamento localizado em Jaraguari, com 100% de seus lotes regularizados.

3.2 Georreferenciamento dos lotes em Mato Grosso do Sul

O georreferenciamento das glebas e lotes é fundamental para garantir a segurança jurídica, evitando duplicidade e sobreposição das matrículas, combatendo a grilagem e promovendo a regularização com respaldo legal e consiste na obrigatoriedade da descrição do imóvel rural, em seus limites, características e confrontações, através de memorial descritivo firmado por profissional habilitado, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo INCRA (art. 176, § 4º, da lei 6.015/75, com redação dada pela Lei 10.267/01).

A exigência do georreferenciamento foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei Federal nº 10.267/2001. O objetivo foi tentar garantir maior segurança jurídica à propriedade rural, padronizando os parâmetros técnicos e objetivos para identificar, caracterizar e localizar os imóveis rurais. Esses parâmetros estão de acordo com o princípio registral da especialidade objetiva. Eles evitam descrições e caracterizações precárias, que impediam a correta verificação da localização do imóvel, e isso ajuda a reduzir os problemas fundiários brasileiros.

O imóvel rural apenas será considerado georreferenciado quando seu memorial descritivo estiver certificado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e averbado na matrícula do imóvel no Ofício de Registro de Imóveis competente. Neste sentido, o que garante a segurança do sistema é justamente a certificação do Incra, pois compete ao órgão verificar se existe sobreposição de áreas entre o imóvel que se busca certificar e outros imóveis rurais já certificados ou em processo de certificação.

O objetivo é evitar a emissão de títulos distintos para uma mesma superfície territorial (matrículas em duplicidade), materialização fraudulenta, de forma que o georreferenciamento se torna uma ferramenta poderosa contra os crimes de grilagem de terras (Oliveira, 2020). Segundo Laranjeira (1984) "grilagem é toda ação tendente a obter a posse e/ou propriedade da terra, através de um meio ilícito". Para Juarez C. da Silva (*apud* Laranjeira, 1984), de um ponto de vista penal, a grilagem não é um delito tipificado pelo nosso Código: "não é redutível a uma só figura típica, mas antes traduz verdadeira constelação de ilícitos: falsidade documental, uso de documentos falsos, esbulho possessório, homicídio, lesões corporais, incêndio doloso, fraude processual, falso testemunho, corrupção ativa, quadrilha ou bando". O próprio Estado brasileiro reconhece que a grilagem de terras talvez seja o maior instrumento de domínio e concentração de terras no Brasil.

O georreferenciamento rural é realizado em duas grandes etapas. Na primeira, são realizadas a identificação e o reconhecimento dos limites do imóvel por meio da medição da propriedade. O objetivo é garantir que não haverá erros nas distâncias medidas posteriormente por meio do levantamento topográfico. O segundo passo é o levantamento no campo, que inclui a coleta e análise de dados físicos e geográficos a partir de fotogrametria. Após a medição dos lotes/parcelas as informações são encaminhadas para o INCRA, que recebe, valida e armazena os dados dos limites da propriedade em sistema eletrônico e, ato contínuo, fornece certidão de que o imóvel não se sobrepõe a outro, estando apto à regularização.

Importante ressaltar que para o presente trabalho foram adotadas novas metodologias, como o sensoriamento remoto com drones, imagens de satélite e outras tecnologias da agricultura de precisão, o que resultou em 3.843 lotes georreferenciados entre 2022 e 2024, em fase de titulação.

3.3 Projetos de extensão e ações extensionistas

O presente projeto envolve o ensino, a pesquisa e a extensão. Historicamente o ensino e produção de conhecimento no Direito está envolto em um pragmatismo relacionado com um formalismo técnico que muitas vezes foge da realidade social (Ventura, 2007). O desenvolvimento de ações extensionistas coloca os acadêmicos, docentes e demais participantes em contato direto com os problemas vivenciados pela população rural de Mato Grosso do Sul, mormente no tocante a falta de titulação das terras ocupadas por várias gerações de camponeses (trabalhadores rurais, indígenas, imigrantes, pescadores, entre tantos outros).

Aproveitando a oportunidade das visitas aos assentamentos para a coleta de dados, aplicação de questionários e entrevistas, foram realizadas também, ações de extensão envolvendo acadêmicos de diversos cursos da UFMS, além de professores e técnicos administrativos, com o objetivo de prestar orientações nas áreas jurídica e de saúde. Somente no assentamento 7 de Setembro, na zona rural do município de Terenos-MS, a ação extensionista atendeu setenta famílias.

Em outras oportunidades de ações extensionistas, aproveitou-se para aplicar pesquisa no intuito de medir os impactos da titulação na vida dos assentados e que se encontra em fase de compilação de dados.

3.4 Trabalhos científicos

A pesquisa científica é uma ferramenta de inovação e avanço que pode ser aplicada em diferentes meios e espaços com a finalidade de obter conhecimento sobre algum tema. Resta indiscutível que os trabalhos científicos são cruciais para o avanço da sociedade, pois proporcionam a resolução de problemas relevantes, geram inovação e novas tecnologias, e disseminam e democratizam o conhecimento, servindo como base para o desenvolvimento de políticas públicas e para o aprimoramento de diversas áreas.

Em geral, uma pesquisa científica é muitas vezes um exercício de empatia para entender e descobrir o outro com a finalidade de resolver problemas relevantes da sociedade e as experiências vivenciadas pelos acadêmicos, professores e técnicos administrativos da UFMS inspirou a elaboração de diversos trabalhos científicos, participações em Congressos, Eventos e Palestras, totalizando 89 trabalhos publicados entre 2022 e 2024, além de apresentações orais e banners, o que demonstra o impacto positivo do Convênio entre a Universidade e o Governo Federal.

3.4.1 Guias dos Assentamentos

Aproveitando-se dos dados colhidos por meio do aplicativo “Titula”, foram compilados os dados sob a perspectiva de se realizar pesquisa socioeconômica dos assentados, no intuito de confeccionar Guia para cada assentamento.

A pesquisa socioeconômica permite a análise de informações sobre a realidade social e econômica de indivíduos e populações, sendo fundamental para a compreensão de suas necessidades, problemas, oportunidades e para a formulação de políticas públicas e intervenções eficazes.

Nesse sentido, elaborou-se um Guia para cada assentamento objeto do projeto, contendo informações sobre a história de sua criação (pesquisa realizada pelos acadêmicos do curso de História), aspectos geográficos dos assentamentos (realizados pelos acadêmicos de geografia), dados socioeconômicos dos assentados (analisados por acadêmicos dos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis entre outros) e realizada a arte do guia pelos acadêmicos de Artes Visuais, com as correções realizadas pelos acadêmicos do curso de Jornalismo, todos vinculados formalmente ao projeto de pesquisa, seja como bolsistas ou como voluntários.

3.5 Desenvolvimento de novas tecnologias e material didático

Quanto ao desenvolvimento de novas tecnologias e material didático, os pesquisadores da UFMS apresentaram diversos produtos que impactarão positivamente as atividades de campo e as atividades administrativas realizadas pelo INCRA, dentre as quais:

3.5.1 TerraSurvey - O TerraSurvey é um aplicativo que tem o objetivo de realizar o levantamento dos dados e informações sobre as perspectivas de avaliar os impactos produzidos pelo PNRA no Brasil. Pode ser utilizado em áreas remotas, garantindo a inclusão de assentamentos em locais de difícil acesso. O Aplicativo foi desenvolvido a partir de estudos realizados por pesquisadores da UFMS, e busca levantar dados relacionados ao perfil do entrevistado, organização rural da propriedade, desempenho e gestão da propriedade, acesso a crédito, infraestrutura do Projeto de Assentamento, entre outros.

3.5.2 Desenvolvimento de um dashboard para avaliação da percepção dos impactos socioeconômicos do PNRA - desenvolvimento de uma ferramenta para avaliar a percepção dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) sobre seus impactos socioeconômicos, composta por: (i) um questionário semiestruturado; (ii) o software TerraSurvey para coleta de dados; (iii) um dashboard de visualização de dados. A iniciativa busca entender, de forma abrangente, os resultados e desafios enfrentados pelas famílias nos assentamentos, considerando a complexidade e a diversidade de suas realidades.

3.5.3 Desenvolvimento e apresentação do estudo “Modelo Multicritério de Decisão em Grupo baseado no VFT para Priorização de Beneficiários do Programa de Reforma Agrária” - proposição de um modelo de decisão em grupo multicritério para apoiar a seleção de famílias candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), promovido pelo governo brasileiro. O modelo proposto incorpora a utilização do Value-Focused Thinking (VFT), que busca a criação de alternativas alinhadas aos valores e objetivos centrais da decisão. O VFT é utilizado em contextos em que os valores e critérios são complexos e múltiplos, como no setor público.

3.5.4 Modelagem e Simulação Estocástica no Georreferenciamento de Lotes em Santarém - PA para Otimização do Processo de Seleção de Beneficiários em Projetos de Reforma Agrária - novação no desenvolvimento de um modelo de simulação para identificação de gargalos no processo de seleção de beneficiários de projetos de reforma agrária. O modelo permite realizar inferências, teste e proposição de melhorias para agilização do processo.

3.5.5 Material Informativo para Obtenção do Título de Domínio - Desenvolvimento de cartilha informativa contendo orientações detalhadas e visualmente acessíveis sobre os procedimentos administrativos para a titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Essa cartilha facilita o entendimento do processo por parte das famílias interessadas, tornando as informações necessárias mais acessíveis e organizadas, em conformidade com a Instrução Normativa nº 99/2019 do INCRA.

3.5.6 Material Informativo sobre Crédito Rural - Esta ação busca elaborar materiais informativos simplificados e de fácil compreensão, direcionados às famílias de assentamentos, com o objetivo de facilitar o acesso à informação. Os informativos contribuem para reduzir a percepção de complexidade dos processos e incentivaram os assentados a buscarem orientação técnica para a elaboração de seus projetos.

3.5.7 Material Informativo sobre Normas de Segurança do trabalho para atividades agropecuárias - Esta ação busca elaborar materiais informativos simplificados e de fácil compreensão, direcionados às famílias de assentamentos, com o objetivo de facilitar o acesso à informação. Os informativos contribuem para reduzir a percepção de complexidade dos processos e incentivaram os assentados a buscarem orientação técnica para a elaboração de seus projetos.

3.5.8 Material Informativo sobre regularização de terras em áreas de assentamento - Esta ação busca elaborar materiais informativos simplificados e de fácil compreensão, direcionados às famílias de assentamentos, com o objetivo de facilitar o acesso à informação. Os informativos contribuem para reduzir a percepção de complexidade dos processos e incentivaram os assentados a buscarem orientação técnica para a elaboração de seus projetos;

3.5.9 “Multicriteria Group Decision Model for Ranking Beneficiaries of the Brazilian Agrarian Reform Program” - Esse estudo aborda a proposição de um modelo alternativo de decisão em grupo multicritério para apoiar a seleção de famílias candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), promovido pelo governo brasileiro. O modelo proposto permite levar em consideração as preferências e julgamentos de múltiplos decisores.

3.5.10 Desenvolvimento “Modelo Multicritério para priorizar candidatos beneficiários ao Programa Nacional de reforma Agrária” - proposição de um modelo para apoiar a seleção de famílias candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), promovido pelo governo brasileiro.

As atividades elencadas não representam a totalidade das inovações promovidas pelas pesquisas desenvolvidas pelo Projeto, muitas ainda em fase de experimentos e finalização. Entretanto, demonstra-se a importância da parceria

celebrada, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), para as partes signatárias, promovendo valiosos resultados para a sociedade em geral.

4 CONCLUSÃO

A atuação do Estado por meio de políticas públicas integradas é imprescindível para garantir a continuidade e a efetividade da reforma agrária. A participação direta dos beneficiários, apoiada em processos participativos e metodologias inovadoras, tem sido destaque como estratégia eficiente para a promoção da justiça social territorial e o desenvolvimento rural sustentável.

A revisão bibliográfica evidencia que a articulação multidisciplinar, integrando aspectos jurídicos, sociais, técnicos e ambientais, é fundamental para o desenvolvimento de soluções eficazes na regularização fundiária. Tal processo configura-se como um desafio contemporâneo que requer inovação contínua e a cooperação entre diversos atores sociais.

A regularização fundiária, aliada às iniciativas inovadoras implementadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desempenha papel fundamental no enfrentamento da desigualdade social e na redução da pobreza em áreas rurais. Esses esforços possibilitam que milhares de famílias assentadas pela reforma agrária consolidem sua autonomia econômica e social por meio do fortalecimento da agricultura familiar nas terras concedidas.

Além disso, a regularização confere segurança jurídica à posse da terra, incentivando investimentos produtivos e a sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a parceria com a UFMS amplia o acesso dessas famílias a políticas públicas essenciais, assistência técnica, educação e serviços extensionistas, promovendo o desenvolvimento integral das comunidades rurais. Dessa forma, a convergência entre regularização fundiária e ações institucionais inovadoras fomenta a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a construção de territórios resistentes e produtivos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Superintendência do INCRA no estado de Mato Grosso do Sul pela confiança e apoio prestado no desenvolvimento das atividades do projeto objeto do TED nº 10/2021. Também, estendemos o agradecimento à Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC), parceira da UFMS no desenvolvimento das atividades do projeto supra.

REFERÊNCIAS

BINSWANGER, Hans P.; DEININGER, Klaus; FEDER, Gershon. **Power, distortions, revolt and reform in agricultural land relations. Handbook of Development Economics**, v. 3, p. 2659-2772, 1995. DOI: 10.1016/s1573-4471(95)30019-8.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Regulamento que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Brasília, 1970. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=1110&ano=1970&ato=62fcXQq1UMjRVTa42>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Reforma agrária no Brasil: políticas, desafios e perspectivas**. Brasília: INCRA, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001. Altera dispositivos das Leis nº 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110267.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

DE SOTO, Hernando. **The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else**. Civitas Books, 2000. DOI: 10.5840/chesterton2003294122.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do campesinato no Brasil: lições para a reforma agrária.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GALIANI, Sebastian; SCHARGRODSKY, Ernesto. **Property rights for the poor: effects of land titling.** *Journal of Public Economics*, v. 94, n. 9-10, p. 700-729, 2010. DOI: 10.1016/j.jpubeco.2010.06.002.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Plano de trabalho:** georreferenciamento e certificação de assentamentos no Acre. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/editais-de-licitacoes/termo-de-execucao-descentralizada/TED_UFMS_plano_271_2025.pdf . Acesso em: 14 jul. 2025.

LARANJEIRA, Raymundo. **Direito agrário:** perspectivas críticas. São Paulo: LTr, 1984.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. UNIDADE AVANÇADA ESPECIAL DE ALTAMIRA. Processo Administrativo 54000.052835/2020-26. Altamira, 2020.

OLIVEIRA, Danilo de Lima. **Georreferenciamento de imóveis rurais – avanços no combate à grilagem de terras.** Altamira, 13 abr. 2020. 20 f. Trabalho apresentado (MBA em Geociências & Geotecnologias) – Instituto de Pós-Graduação IPOG, Altamira, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/danilo_lima.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

NASCIMENTO, Tchoya Gardenal Fina do; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Desenvolvimento de processos inovadores de supervisão ocupacional com o ímpeto de promover ações necessárias à titulação em projetos de assentamento federais do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Regularização Fundiária no Estado do Mato Grosso do Sul.** [S.l.: s.n.], 2022. 22 p. Protocolo 38WJL.300122. Disponível em: <https://boletimoficial.ufms.br/bse/publicacao?id=457675>. Acesso em: 13 jun. 2025.

RANGEL, I. **Obras reunidas.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SILVA, Devanildo Braz da; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). **Impactos da regularização fundiária em assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul.** Projeto de pesquisa, FADIR - UFMS, 2024. 12 p. Protocolo OBHPI.010424. Início: 01/06/2024. Término previsto: 01/06/2026.

VENTURA, Helena. **Ensino jurídico e crítica ao formalismo.** [S.l.]: [s.n.], 2007.

YAP, K. S. **The enabling strategy and its discontent: low-income housing policies and practices in Asia.** *Habitat International*, v. 54, p. 166–172, 2016. DOI: 10.1016/j.habitatint.2015.11.026.

ZANETONI, João Pedro Ferraz; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; SANTOS, Gabrielly Martins dos. Turismo de Base Comunitária (TBC) como fonte de renda para Assentamentos da Agricultura Familiar. **Economia & Região**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 103–120, 2022. DOI: 10.5433/2317-627X.2022v10n3p103. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ecoreg/article/view/45182>. Acesso em: 14 jul. 2025.